

Pena de Morte: Dissuasora ou Não?

Luís de Almeida - ADEP

Com a chegada do séc. XIX e o advento dos filósofos iluministas, o movimento contra a pena de morte conheceu um período de franco apogeu.

Portugal foi o pioneiro na abolição dessa execrável instituição - em 1852 para os crimes políticos, e em 1867 para os crimes civis. Paulatinamente, muitos países seguiram a pegada dos portugueses, abraçando essa conquista dos direitos humanos sobre a barbárie, tornando-se abolicionistas. Com o surgimento das Grandes Guerras mundiais, holocaustos e revoluções, fundamentalismos e purgas, a tendência começa a inverter-se. A famosa lei de Talião está, por todo o lado, a recuperar o direito de cidadania. Actualmente, quase 100 países continuam a praticá-la, para vergonha de todos nós, como filhos da humanidade.

É... dois mil anos passados após a mensagem consoladora e educativa do Rabi da Galileia, ele próprio vítima dessa nefasta instituição, continua-se assassinando alegremente, esventrando cordialmente, mutilando metodicamente, tudo em nome de uma hipocrisia democrática e religiosa, como se vivêssemos num mundo em que, após o falecimento de Jesus, tudo é permitido, como afirmou Dostoiévsky - condenado também à pena capital. Enfim, a ignorância continua evadindo a humanidade. Contudo, por pouco tempo.

Na era do espírito, da informação e da conquista do espaço, a persistência neste arcaico expediente, consistindo em dar aos Estados o direito de levar a termo a sua própria vindicta, é, no mínimo, degradante e ignorante, demonstrando a falta de ética e evolução desses povos; muito mais acentuado quando pretendem arvorar-se em arautos da democracia e do bem, sendo puros assassinos, "credenciados" pelo homem, em nome de Jesus, que virá redimir a humanidade do futuro. O facto é que nem esses auto-intitulados "paladinos da justiça" do nosso início de milénio, que fizeram profissão de fé em libertar a humanidade dos seus vícios ancestrais, e em civilizá-la de acordo com o seu modelo antitabagista e pró-"hamburguer" e celofane, conseguem pôr ordem no quintal, e dar o exemplo. Adeptos do humanismo integral e da

igualdade dos povos e das oportunidades, não os incomoda, minimamente, alinhar com todas as "ubulândias" deste mundo; lado a lado com tantos países para quem a noção de direitos humanos é um não-lugar, passam a vida a criticar, permanecendo na linha da frente do pelotão dos que teimam em conservar essa vetusta e ignóbil instituição, a que damos, pomposamente, o nome de pena de morte.

Allan Kardec, em «O Livro dos Espíritos», pergunta 760: - Desaparecerá, algum dia, da legislação humana, a pena de morte?

R - Incontestavelmente, desaparecerá, e a sua supressão assinalará um progresso da humanidade. Quando os homens estiverem mais esclarecidos a pena de morte será completamente abolida da Terra. Não mais precisarão os homens de ser julgados pelos homens.

Trata-se, afinal, do velho argumento bíblico do "olho por olho, dente por dente", que Jesus tão bem soube tornar absoleto.

Pobres inquisidores-mor, os Inácios de Loyola ainda andam por aí. Vejamos estes paradoxos, oriundos de mentes doentias, ao ritmo do tribunal da Santa Inquisição: sendo o fundamento da pena de morte o arrependimento e a correcção do indivíduo, como poderá corrigir-se, na escola terrestre, se ele é assassinado? Mais ainda: dentro desta visão hipócrita e cínica de que lhe valerá fazê-lo? Por essa ordem de ideias, a ameaça da pena de morte não funciona como um dissuasor, servindo apenas para tornar mais cínica a vítima. Os inquisidores hodiernos defendem que essa medida deverá funcionar um pouco como uma palmada no rabo pode servir para que a criança não volte a roubar um chocolate. Como expediente, contudo, além de exagerado ("é, afinal, a forma de nos assegurarmos de que a criança nunca mais tocará no chocolate"), é enganoso. Não entendemos como a "criança", depois de assassinada, não voltará a roubar, na actual existência. De acordo com a maioria das estatísticas, a existência desse homicídio institucionalizado pelo Estado nunca serviu para baixar a criminalidade em país nenhum do mundo, bem pelo contrário.

Allan Kardec, em «O Livro dos Espíritos», pergunta 761:

- A lei de conservação dá ao homem o direito de preservar a sua vida. Não usará ele desse direito quando elimina da sociedade um membro perigoso?

R - Há outros meios de ele se preservar do perigo, que não matando. Além do mais, é preciso abrir, e não fechar, ao criminoso a porta do arrependimento.

Quando um país alinha com os países ditos "atrasados", "desumanos" e "antidemocráticos", de que se proclamam adversários irreduzíveis, das duas uma: ou estão a demonstrar-nos que não possuem maturidade moral, cognitiva, política e institucional para serem os "polícias do mundo"(e dos direitos humanos), que tanto ambicionam ser... ou então possuem-na em demasia, e procuram dar-nos uma maquiavélica lição de hipocrisia,

contagiando muitos países e espíritos valorosos com a sua terrível máquina publicitária.

Afinal, torna-se difícil de compreender, ou talvez não, que o país que persegue o médico Kevorkian, defensor da eutanásia, o país que coloca bombas nas clínicas onde se pratica o aborto, o país que invade outros estados soberanos, em defesa do povo oprimido e chacinado (quando têm interesses económicos e geopolíticos), tudo em nome do direito à vida, se mostre tão cheio de expediente e sanha vingadora quando se trata de mandar um ser humano para a cadeira eléctrica ou para a injeção letal. Todos os métodos servem, para o fim em vista. Torna-se difícil entender a postura desses países pseudopúdicos, em que alguns deles mais de 80% da população acredita na reencarnação...!!!

Na ONU, encontram-se representadas 185 nações. Dessas, 94 continuam a matar "legitimamente", ou seja, mais de metade!!! A pena de morte dita "limpa", herdeira da guilhotina da Revolução Francesa, faz parte do rol de costumes que, hoje, todos os verdadeiramente civilizados tendem a considerar bárbaros. Perguntamos: os auto-intitulados "polícias do mundo"(e dos direitos humanos) serão civilizados? Deverão ser um exemplo a seguir?

Allan Kardec, em «O Livro dos Espíritos», pergunta 763:

- Será um indício de progresso da civilização a restrição dos casos em que se aplica a pena de morte?

R - Podes duvidar disso? Não se revolta o teu espírito quando lêes a narrativa das carnificinas humanas que outrora se faziam em nome da justiça e, não raro, em honra da Divindade; das torturas que se infligiam ao condenado, e até ao simples acusado, para lhe arrancar, pela agudeza do sofrimento, a confissão de um crime que muitas vezes não cometera? Pois bem, se houvesse vivido nessas épocas terias achado tudo isso natural, e talvez mesmo, se fosses juiz, fizesses outro tanto. Assim é que o que pareceu justo numa época parece bárbaro em outra. Só as leis divinas são eternas; as humanas mudam com o progresso, e continuarão a mudar, até que tenham sido postas de acordo com aquelas.

Tudo isto se deve a reminiscências do passado arcaico do homem, em que coabitam ainda em seu espírito as penas brutais de antanho, como a lapidação, a crucificação, a fogueira, o enterramento. Os inquisidores de outrora são os inquisidores de hoje, agora com outros métodos. O que está em discussão é a sua legitimidade, que já tinha sido posta em causa por S. Agostinho, que, no séc. IV, defendia que a vida é um bem tão grande que só Deus dela pode dispor. No que toca a "santos", contudo, a pena de morte teve os seus adeptos. É o caso de Tomás de Aquino, que a achava legítima, como defesa do Estado ou da sociedade, inaugurando uma posição que é, afinal, a que a Igreja Católica continua a apadrinhar, como demonstra o texto do "Novo Catecismo" e as conclusões de João Paulo II na sua encíclica "Evangelium Vitae": "A medida e a qualidade da pena não deverão chegar à medida extrema, que é a supressão do réu, senão em casos de extrema

necessidade, isto é, quando a defesa da sociedade não fosse possível de outra forma."

Allan Kardec, em «O Livro dos Espíritos», pergunta 765:

- O que se deve pensar da pena de morte imposta em nome de Deus?

R - É tomar o homem o lugar de Deus na distribuição da justiça. Os que assim procedem mostram quão longe estão de compreender Deus, e que muito ainda têm que expiar. A pena de morte é um crime, quando aplicada em nome de Deus, e os que a impõem sobrecarregam-se de outros tantos assassínios.

O problema está na educação e evolução do espírito humano, ainda muito incivilizado. Todos querem ser os representantes do tal Deus vingativo e cruel das religiões. Nenhuma das grandes religiões monoteístas explicou, de forma clara, metódica, racional e lógica, alicerçada nos ensinamentos e exemplo do Divino Amigo, esses atentados à vida. Bem pelo contrário, sempre pactuaram com tais actos, atentatórios da dignidade humana, esquecendo-se (por conveniência) do grande mentor da humanidade, Jesus, que nos legou "Amai-vos uns aos outros". Daí a sua proposta, na vinda do Consolador, para melhor esclarecimento da humanidade, codificado por Allan Kardec, de forma racional, metódica e lógica, o Espiritismo, que contagiará e catalisará toda a humanidade neste novo milénio.

O verdadeiro manual do horror encontra-se, contudo, nos países islâmicos. Em muitos deles, as execuções continuam a ser públicas. Na Síria, o cadáver dos condenados políticos permanece, mesmo, exposto durante dias. No Iraque, as famílias dos condenados são obrigadas a pagar o custo da execução, tal como na China, onde a conta das balas é enviada para casa. Na Arábia Saudita, Qatar, Iémen e Emirados Árabes Unidos os condenados têm o irónico "privilégio" de serem decapitados com uma cimitarra... de prata! No Irão, esse processo indescritível que é a lapidação continua a ser utilizado em adúlteras, prostitutas e homossexuais, permitindo que todos atirem a sua pedra, transformando em criminosa toda uma população, e, "ipso facto", ilibando o Estado, naquele que é, afinal, o ingrediente base deste cozinhado: a impunidade dos estados.

Mas afinal o que são os estados? Os "representantes" de uma população. E o que é uma população? Somos todos nós - a sociedade.

Então, será lícito afirmar que nós, espíritas, muito temos que fazer, com o nosso exemplo e educação, em vez de perdermos tempo com "palhaçadas", contribuindo, desta forma, para uma nova postura dos estados, rumo a um estado fraternal - um estado do povo e para o povo.

Allan Kardec, em "A Génese, cap. XVIII, item 17, diz-nos: "A fraternidade será a pedra angular da nova ordem social; mas não há fraternidade real, sólida, efectiva, senão assente numa base inabalável, e essa base é a fé, não a fé em tal ou tais dogmas particulares (que mudam com os tempos e os povos, e que mutuamente se apedrejam, porquanto, anatematizando-se uns aos outros,

alimentam o antagonismo), mas a fé nos princípios fundamentais, que toda a gente pode aceitar, e aceitará: Deus, a alma, o futuro, o progresso individual indefinito, a perpetuidade das relações entre os seres. Quando todos os homens estiverem convencidos de que Deus é o mesmo para todos; de que esse Deus, soberanamente justo e bom, nada de injusto pode querer; que não dele, porém dos homens, vem o mal, todos se considerarão filhos do mesmo Pai, e estenderão as mãos uns aos outros. Essa é a fé que o Espiritismo faculta, e que doravante será o eixo em torno do qual girará o género humano, quaisquer que sejam os cultos e as crenças particulares."

(Artigo Reproduzido com autorização da [ADEP](#))